

PORTUGAL E O MUNDO: UM DESÍGNIO INTERCULTURAL? A INTERCULTURALIDADE NA EUROPA E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Emílio Rui Vilar

1. Identidade e diálogo intercultural

Poucos povos como os Portugueses têm gasto tantas páginas dos seus melhores pensadores a reflectir sobre a questão identitária, do «ser português». E poucos povos têm, como nós, razões para conceptualizar sem dúvidas a realidade histórico-política que é Portugal. Claro que, como afirma EDUARDO LOURENÇO, «A história chega tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita –, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir»¹.

Do mesmo modo para Portugal: Estado-nação com mais de oito séculos de História, fronteiras estáveis, unidade religiosa, unidade linguística, unidade cultural (símbolos, tradições, imaginário, Camões, Pessoa...). A verdade, no entanto, é que entre a exaltação epopeica (as origens – Viriato e a Reconquista – e os Descobrimientos) e a descrença e o «decadentismo fatalista» (Alcácer-Quibir, Ultimatum, fim do Império), temos vivido quase sempre com personalidade ciclotímica. Desde o «povo eleito» do V Império, ao país da cauda da Europa, com «medo de existir»². Em vez de problematizar a realidade num quadro racional, ou nos glorificamos ou nos apoucamos, esperando que seja o acaso a ditar o caminho, em vez de o escolhermos em resultado de uma decisão ponderada mas livre. Torna-se imperativo, por isso, equilibrar o amor-próprio da memória com a racionalidade do julgamento do passado, no quadro dum esforço de objectivação do nosso papel histórico e da situação actual num contexto de mundialização e interculturalidade, de elevada incerteza.

Apesar de não termos logrado obter, nem no plano territorial nem no

¹ Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Gradiva, Lisboa, 1999, p. 10.

² José GIL, *Portugal, Hoje – O Medo de Existir*, Relógio D'Água, Lisboa, 2004.

plano económico, os resultados possíveis do nosso maior feito histórico, com relevância mundial – a «primeira globalização evolucionária»³ –, esta terá cultivado em nós uma especial aptidão para o relacionamento com outros povos, quando não um verdadeiro desígnio intercultural. Ao funcionar como um entreposto entre a Europa, a África, a Ásia e a América, Portugal experimentou a dimensão da universalidade, simbolizada numa esfera armilar, porventura apenas imaginada, mas conscientemente assumida, tal como Fernando Pessoa bem o disse no plano individual

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo⁴.

Jacques Attali referia que «Portugal nunca se tornou a potência marítima dominante da Europa, o *coração* da Ordem Mercantil, que poderia ter sido no séc. XVI; viveu na nostalgia de um passado idealizado»⁵. Com efeito, no plano político, apenas a integração europeia nos libertou do sistema de neutralidade ambivalente – ou por anulação recíproca de alianças – em que vivemos quase toda a nossa história. Mas apesar desta ambivalência do passado, Portugal tem hoje, na comunidade internacional, uma dimensão e uma densidade de relações – na projecção e reconhecimento de que beneficia em muitos países e muitos povos – muito mais relevante do que a sua dimensão geográfica ou o seu peso económico. A língua portuguesa, como cultura multi-continental, constitui a mais larga e mais criativa das nossas fronteiras, funcionando como elemento de identificação e de projecção. A nossa vocação para o diálogo entre culturas desenvolve-se, portanto, promovendo a centralidade atlântica de Portugal e as relações externas com outros continentes, alicerçadas no âmbito das relações com a comunidade de países de língua portuguesa. Ao que acresce nos nossos dias a experiência de país de acolhimento de importantes e diversas comunidades de imigrantes – quer os que laços históricos e a língua comum aproxima, quer os que chegam em razão do acaso dos imperativos económicos. Portugal pode naturalmente afirmar-se como o paradigma do país intercultural na Europa, como a interface do projecto europeu ao nível da convivência de diferentes culturas.

³ Jorge Nascimento RODRIGUES e Tesseleno DEVEZAS, *Portugal – O Pioneiro da Globalização*, Centro Atlântico, Lisboa, 2007.

⁴ Poesias de Álvaro de Campos, *A tabacaria*, Editorial Ática, Lisboa, 1944, p. 250.

⁵ Jacques ATTALI, *Breve história do futuro*, Gradiva, Lisboa, 2007.

Com efeito, projectar um Portugal intercultural apenas faz sentido de e a partir da Europa, na qual estamos integrados e com a qual partilhamos um projecto político, económico e social, mas sobretudo alicerçado na partilha de valores comuns.

2. A nova «agenda» cultural europeia

A recente Comunicação da Comissão Europeia sobre uma nova agenda europeia para a cultura⁶ prescreveu as bases para uma nova agenda da União Europeia para a cultura segundo três grandes objectivos, que se condicionam reciprocamente: (1) a promoção da diversidade e do diálogo inter-cultural, (2) a promoção da cultura como catalizador da criatividade no âmbito da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego e (3) a promoção da cultura europeia como elemento vital nas relações internacionais da União e na sua afirmação no mundo.

A cultura é assim posicionada em diferentes perspectivas ou dimensões da construção europeia. Como factor de integração de uma Europa onde convivem cada vez mais culturas. Como factor de desenvolvimento económico de uma Europa que se pretende cada vez mais baseada na criatividade e no conhecimento. E, finalmente, como factor de cooperação nas relações externas de uma Europa que pretende desempenhar um novo papel no contexto internacional.

Acrescentaria apenas uma dimensão muito importante pela qual a cultura pode também desempenhar um papel fundamental, ou seja, na revitalização da relação entre os cidadãos europeus e as instituições europeias. Não nos podemos esquecer da dupla legitimidade da União Europeia: uma união de Estados soberanos, mas também uma união de pessoas que partilham uma cidadania supranacional. Na procura do equilíbrio entre estas duas dimensões da integração europeia, a dimensão cultural pode emergir como um elemento catalítico. Na maior parte da história de sucesso da União, a dimensão económica tem sido o mecanismo mais visível de promoção do desenvolvimento e de superação das diferenças entre os Estados. Os desafios externos actuais e as expectativas dos cidadãos europeus reclamam, no entanto, uma aproximação mais política e sobretudo cultural.

Os objectivos identificados na Comunicação da Comissão deverão, naturalmente, articular-se de forma transversal com a defesa dos valores fundamentais da Europa que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, a

⁶ *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, COM (2007) 242 final, Bruxelas, 10.05.2007.

liberdade, a democracia, a igualdade e o primado da lei. Como já escrevi anteriormente, «A dinâmica actual puxa e empurra as sociedades em diferentes direcções, criando conflitos e simultaneamente o sentimento que sozinhos somos ainda mais frágeis. Movimentos contraditórios de reforço do unilateralismo e de apelos ao multilateralismo acabam por permear as relações entre as nações. A tentação da “demonização do outro e do diferente” é, demasiadas vezes, a reacção imediatista e simplificadora. Neste sentido, importa tanto vencer as visões apocalípticas, com a prática da tolerância e a aceitação do direito à diferença, como ser corajoso e intransigente na defesa dos valores essenciais da condição humana»⁷.

3. Conceito de interculturalidade

Tal como a define a Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, que entrou em vigor em Março de 2007, a «Interculturalidade» refere-se à «existência e interacção equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de gerar expressões culturais partilhadas pelo diálogo e pelo respeito mútuo».

A Europa é, como espaço de acolhimento de milhões de imigrantes, e sê-lo-á cada vez mais, uma realidade inter-cultural e a interculturalidade vai passar a ocupar um papel central na política cultural europeia. Tal como a biodiversidade é essencial para a nossa sobrevivência e desenvolvimento, deveríamos igualmente entender a diversidade cultural como um benefício para o projecto Europeu.

A interculturalidade, ao pressupor um diálogo ou pelo menos uma interacção entre diferentes culturas, evoca necessariamente uma conflitualidade que não deve ser ignorada mas sim livremente assumida, sem preconceitos, numa lógica de aprendizagem e de procura de paz social. Como avançava Fernando Gil, «antes de mais, exige-se, em nome do interesse comum, a aceitação prévia da possibilidade do desacordo e da discussão», o que aconselha uma posição de compromisso que evite uma arrogância deslocada, que disfarça mal uma im-potência, e uma tentação para a demissão de quaisquer responsabilidades em face das ameaças à identidade cultural europeia. Para Fernando Gil, «O diálogo e a sua possibilidade constituem um projecto “utópico” que exige, para um início de realização, que os interlocutores estejam convencidos do valor dessa utopia»⁸.

⁷ Emílio Rui VILAR, *Introdução*, in «Globalização: Ciência, Cultura e Religiões», Fundação Calouste Gulbenkian/Gradiva, 2003, p. 14.

⁸ Fernando GIL, *L'Europe et le Dialogue entre cultures*, in «Dialogue des cultures à l'aube du XXIème siècle», Centre Européen de la Culture, 2007, p. 68.

Hoje são evidentes, no entanto, os falhanços de recorrentes políticas de integração que pareciam ser casos de sucesso. Quer os modelos multiculturais anglo-saxónicos, quer os baseados no conceito da cidadania igualitária, laica e republicana. Modelos e conceitos que, contudo, agradam à nossa própria tradição cultural e civilizacional, muito dependente de uma certa ideia de tolerância. Devemos, no entanto, repudiar as supostas práticas de tolerância que implicam a secundarização do outro e traduzem mesmo uma atitude de superioridade civilizacional. Devemos, deste modo, preferir o modelo do multiculturalismo, que significa separação, em favor do modelo da interculturalidade, que se arvora na convivência pacífica entre os diferentes grupos ou indivíduos.

A realidade pós-colonial é mais complexa, multifacetada e conflitual do que a perspectiva multicultural pressupunha. Esta(s) realidade(s) e a acrescida mobilidade do processo de globalização implicam abordagens específicas baseadas em conhecimento mais aprofundado e não em arquétipos simplificados ou em «clichés» redutores ou caricaturais. É todo um vasto campo de acção de advocacia (no sentido da defesa de valores), de investigação (aumento e disseminação do conhecimento) e de intervenções no terreno, com a virtude (e a virtualidade) dos efeitos concretos e de serem replicáveis.

4. Identidade e cultura

O processo de globalização, como contexto, implica a aceleração da circulação das pessoas em muitas direcções e por motivos diversificados, mas sobretudo para as cidades. Esta circulação tem, no entanto, variadíssimos calendários que incluem tanto as deslocações temporárias como as que têm uma expectativa de longo prazo ou permanente. A velocidade e a massificação destas migrações estão a criar múltiplas diásporas, pelo que já não temos apenas as tradicionais minorias ou grupos étnicos implantados em bairros nos subúrbios das cidades.

As pessoas deslocadas, em particular os imigrantes, devem ser encarados como uma infinita diversidade de «outros» e não como um «tipo» de indivíduos. Para tanto, deveríamos perscrutar e considerar as múltiplas características que os definem individualmente e não apenas como um grupo ou comunidade: a região geográfica e cultural de origem, o facto de poderem ser homens ou mulheres, a geração a que pertencem, a proximidade linguística ou cultural do país para onde imigram (o caso da deslocação para os países ex-colonizadores dá-lhes uma espécie de filiação simbólica), ou os vários capitais que transportam (informação, força de trabalho, maior ou menor qualificação, capital cultural com maior ou menor contacto com alguma modernização). Com efeito, os imigrantes

são portadores de afiliações de diferente natureza, que não se resumem à questão religiosa, e que também conformam a sua identidade individual, porventura de uma forma mais destacada. Muitas vezes, contudo, são as próprias comunidades onde estão inseridos, por apatia, a diminuir-lhes a capacidade de auto-determinação. Como identificava Amartya Sen, «tal como a supressão social pode ser a negação da liberdade cultural, a violação da liberdade também pode provir da tirania do conformismo, que poderá tornar difícil aos membros de uma comunidade optarem por outros estilos de vida»⁹.

5. O papel das organizações da sociedade civil

As organizações da sociedade civil podem assumir um papel fundamental no que diz respeito ao diálogo inter-cultural, inter-étnico e inter-religioso, bem como no desenvolvimento de competências inter-culturais. Este papel, reconhecido em todas as instâncias internacionais, pode consubstanciar-se em diferentes acções cuja eficácia resulta de um conjunto de vantagens comparativas face aos restantes actores sociais. Estas vantagens materializam-se nos seguintes elementos: no factor *tempo*, na medida em que o seu ciclo é diferente do ciclo político ou do mercado; na acção de longo prazo, que privilegia a intervenção sustentada; no *value-driven approach*, ou seja, no altruísmo e no voluntariado, que excluem o poder e o lucro na determinação das suas decisões; na proximidade relativamente aos seus beneficiários, que as encaram como iguais, sem qualquer desequilíbrio de poder; e, finalmente, na capacidade para inovar e assumir riscos. Estas vantagens devem, no entanto, superar as suas desvantagens comparativas que se traduzem sobretudo na sua pequena dimensão relativa, ou seja, estamos perante instituições diminutas quando confrontadas com os Estados ou as grandes empresas multinacionais, quer em termos organizacionais quer em termos financeiros ou ainda de acção, que não pouco frequentemente se caracteriza por um certo atomismo e dispersão.

As fundações, em particular, enquanto instituições independentes, têm capacidade para desenvolver a sua missão sem limites geográficos, de língua ou de fé religiosa. As fundações podem, deste modo, fomentar o conhecimento mútuo através de uma cooperação especializada, em rede, aumentando a exposição a experiências transfronteiriças e fortalecendo o diálogo inter-cultural. O apoio à adopção das melhores práticas na promoção da compreensão do fenó-

⁹ Amartya SEN, *Identidade e Violência, A ilusão do destino*, Tinta da China, Lisboa, 2007, pp. 158-159.

meno das migrações e da integração das culturas minoritárias constitui um exemplo feliz de uma intervenção desta natureza.

Especificamente no que respeito às organizações culturais, existem dois tipos de expectativas, que são elevadas, dada a dimensão simbólica muito própria destas organizações. Por um lado, espera-se que as organizações integrem trabalhadores em condições de equidade, sejam eles quadros técnicos, administrativos ou artísticos. Tal procedimento tem a capacidade de proporcionar uma integração que se configura cultural e que é exemplo de organizações mais «profanas». Permite, também, a criação de pontes de comunicação entre a comunidade anfitriã e as imigrantes, como por exemplo a integração de imigrantes nos órgãos artísticos, nos funcionários de «frente de casa», guias do museu ou de ateliers artísticos. Por outro lado, espera-se que os funcionários anfitriões sejam estimulados a conhecerem as práticas culturais, a língua e a geografia dos trabalhadores imigrantes. No contexto de uma organização com actividade cultural ou artística regular espera-se que esta conceda, aos artistas imigrantes ou em circulação, condições de produção profissionais que lhes permitam apresentar e difundir as suas obras. O apoio ao reforço e ampliação das condições de mobilidade dos artistas e dos criadores pode constituir um factor muito positivo para o conhecimento mútuo e para a interacção criativa.

6. As dinâmicas das diásporas

Uma particular atenção deve ser dada às dinâmicas da diáspora, com o reconhecimento de que práticas culturais dos imigrantes não deve ser feito em função de uma suposta apresentação das suas raízes culturais. Com efeito, este preceito está repleto de equívocos porque as raízes culturais de um adolescente serão substancialmente diferentes das de um idoso, embora possam ser os dois provenientes da mesma região cultural. Espera-se que as organizações culturais reconheçam e difundam a cultura contemporânea destes países e das sociedades de onde são provenientes os imigrantes. Tal atitude tem também o efeito de permitir aos imigrantes que não se reconhecem nas suas «raízes», nem na cultura dos anfitriões, a sua cultura contemporânea de origem.

A questão da língua é outra questão central para lidar com as diásporas. Do mesmo modo que se supõe que os imigrantes aprendam e lidem com a língua da comunidade que os acolhe, é desejável que as organizações estimulem a aprendizagem das línguas dos trabalhadores imigrantes: como acto cultural, como descoberta e como formação. Deveria promover-se o financiamento e apoio à tradução cruzada de literatura Europeia, em especial das línguas europeias minoritárias, bem como facilitar a aprendizagem de línguas não-europeias (Árabe,

Turco, Mandarim, Persa, Hindu), como um factor de abertura e de integração de imigrantes.

7. A interculturalidade como projecto

Nos tempos que correm, a compreensão das diferentes culturas é a melhor forma de combater os crescentes surtos irracionais de fanatismo e radicalismo. É urgente desenvolver um forte sentimento de que há um só mundo onde todos temos de viver. E ter consciência disso é o primeiro passo para começar a amar e a cuidar.

A interculturalidade é uma estratégia e uma forma inovadora de conviver e coabitar nas sociedades contemporâneas com a diversidade de grupos culturais e étnicos. Para que ela possa ser uma realidade, é suposto reconhecer que a convivialidade não é pacífica, nem um dado imediato, que é sempre tensional, comporta conflitos, é dinâmica e exige uma construção permanente e diária. De algum modo, é o estado mais evoluído da democracia. Também é importante reconhecer que a interculturalidade se faz a partir de vários pontos de partida e não pode resultar de uma legislação ou normalização regrada apenas pela comunidade que acolhe. Que a interculturalidade, na forma como admite a diversidade cultural, impõe limites a esta aceitação, limites esses que são a exclusão de todo e qualquer sofrimento infringido a alguém e da exclusão social, religiosa ou sexual. Finalmente, é ainda uma questão central da interculturalidade a aceitação de que as práticas culturais representam apenas uma parte da actividade dos grupos ou pessoas e que, de modo algum, a cultura deve servir de manto para escamotear as questões económicas, do trabalho, da assistência social, cuja resolução tem as suas instituições próprias. A interculturalidade como programa político comporta em si a ideia de podermos viver juntos, apesar das diferenças e dos sobressaltos, e de construir um futuro para a humanidade a partir de um capital que já possuímos e experimentámos, como seja a democracia, o conhecimento científico, o progresso tecnológico, estimulados pelos desafios, como a crise do ambiente, que só a solidariedade global pode enfrentar com sucesso.

Lisboa, Junho de 2008